

## Reunião do Grupo de Trabalho de Planeamento Regional

### *Perspectivas de planeamento territorial e espacial para a fase pós-conflito*

Novembro de 2022

Presencialmente no Kauri Resort em Pemba e via [Zoom](#)

No dia 2 de Novembro de 2022, a Plataforma Multi-Stakeholder (MSP) da região Norte organizou uma reunião do seu grupo de trabalho sobre planeamento regional, reconstrução económica e estabilização.

O objectivo da reunião é proporcionar uma compreensão e análise mais profunda dos principais pressupostos e resultados desejados dos vários planos territoriais e análises espaciais que foram desenvolvidos ou estão em desenvolvimento na região Norte com enfoque na província de Cabo Delgado e como as principais partes interessadas (por exemplo, instituições governamentais, comunidades locais, população urbana, empresas do sector privado, parceiros de desenvolvimento) são afectadas e envolvidas na elaboração e/ou implementação destes tanto por parte do governo como de agências de cooperação.

Foram abordados planos emergências de ordenamento territorial, planos de parciais de urbanização assim como planos de acção conjunta bem como de reordenamento territorial em distritos que tem observado o regresso acentuado da população deslocada incluindo Palma, Mocímboa da Praia e Quissanga.

Para além disso foi feita a apresentação do CPDE-DE (Centro de Promoção de Desenvolvimento de Cabo Delgado), uma nova entidade criada pelo governo provincial para responder as dinâmicas actuais de desenvolvimento da província. A sua intervenção visava dar a conhecer o papel que esta organização tem em vista desempenhar no desenvolvimento económico e social da província bem como clarificar a interligação do seu âmbito de atuação com a planeamento territorial da província.

O grupo de trabalho reuniu dentre várias contrapartes o Governo da Província de Cabo Delgado representado por sua Excia. Governador, Directores e outros funcionários do Conselho Executivo Provincial, Serviço Provincial do Ambiente em representação da Secretária do Estado da Província, Centro de Promoção de Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado, parceiros de desenvolvimento, representantes de OSCs bem como de representantes do sector privado.

Foi clarificado que o âmbito da Plataforma MSP e de promover o diálogo entre as diversas contrapartes relevantes do sector público, privado e agências de desenvolvimento e organizações da sociedade civil acerca de temáticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável da região norte do país, com enfoque na província de Cabo Delgado tendo a mesma sido criada em 2019.

Depois dos comentários de abertura, foram feitas apresentações pelas seguintes organizações:



UN HABITAT



ExxonMobil

UNOPS



A. Observações de Abertura, Objectivos do Encontro e Introdução do programa

a) **Orador:** Nocif Magaia (Director Provincial da Indústria e Comércio e Porta-Voz do Conselho Executivo Provincial)

**Tópico:** Notas Introdutórias

<b>Opinião dos Intervenientes</b>
Foram proferidas as saudações aos presentes na reunião e prévio anúncio da participação de Sua. Excia Governador da província de Cabo Delgado, onde foi:
Expressa gratidão, respeito e reconhecimento pelo trabalho que tem estado a ser feito pela MSP tem em vista contribuir para a articulação entre as diversas partes envolvidas nas temáticas pertinentes para o desenvolvimento da Província;
Dada a conhecer a pertinência da temática do encontro para o contexto atual de desenvolvimento económico e social da província;
Lembrada intenção prévia do Conselho Executivo Provincial, por via da Direcção Provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente, de realizar uma reunião de coordenação de planeamento regional ainda não realizada devida a constrangimentos de várias ordens com destaque indisponibilidade orçamental
•Reafirmada a prontidão e comprometimento das autoridades governamentais locais em realizar o encontro e feito um apelo ao apoio da MSP e seus <i>stakeholders</i> no auxílio para criação de condições para sua realização;
Destacado o impacto, tanto positivo como negativo, dos grandes projetos de investimento afetos à região-norte do país;
Referida a importância de diversificação dos esforços de planeamento às zonas comunais e aldeias como para se fazer um planeamento mais efetivo e alinhado com as dinâmicas atuais, e perspetivas de desenvolvimento da província;
Destacada a pertinência deste encontro para socializar o recente lançamento do CPDE-DE bem como introduzir o público presente ao seu Director-Executivo da e o âmbito de trabalho da organização dentre outras questões relevantes;
• Esclarecido que a criação do CPDE se viu como necessária para suprir a necessidade da província de existência de entidades que ajudem a harmonizar e reorientar a abordagem do seu desenvolvimento e minimizar o impacto negativo do desaparecimento de iniciativas que contribuem para o mesmo;
• Foi realçada a relevância da captação de recursos externos para maximizar a capacidade de atrair atividades que estimulem o potencial de desenvolvimento económico da província e das comunidades;
Foi enfatizada necessidade de existência de uma entidade que permita uma maior coordenação das atividades locais de desenvolvimento da província tendo sido dado a título de exemplo o engajamento com a MozParks para o estímulo ao investimento em catividades industriais na província;
Em jeito conclusivo foram dadas as boas-vindas aos diversos participantes do encontro, aos quais foram proferidos agradecimentos pela sua participação tendo sido, por conseguinte, declarada aberta a sessão.

b) **Orador:** Danila Boneva (Directora da Plataforma MSP)

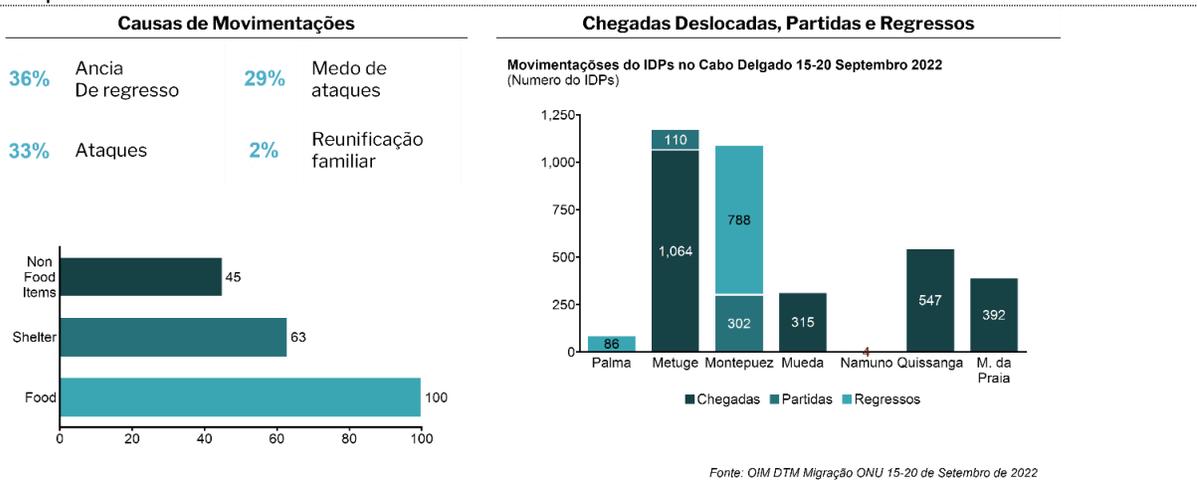
**Tópico:** Objectivos da reunião e Introdução dos Participantes

**Opinião dos Intervenientes**

Foram dadas as boas-vindas aos convidados, apresentando aos participantes o âmbito da plataforma e dos grupos de trabalho presentemente existentes, nomeadamente: (a) Planeamento Regional e Reconstrução (b), Financiamento a PME e (c) Conteúdo Local. Foi dada uma visão geral dos motivos por detrás das movimentações desordenadas da população, a importância do ordenamento territorial e as possíveis consequências da sua inexistência. Foram ainda partilhados alguns dos desafios da província a nível de acesso a terra e possíveis soluções para a otimização dos planos desde a sua concepção à implementação.

**Contextualização:**

Em jeito de contextualização do tema do presente encontro foram partilhados os fatores relacionados com a deslocação da população que tem dificultando o planeamento urbano a nível da província.



**Potenciais benefícios do ordenamento territorial e desvantagens da sua inexistência: Acesso**

**Planos traduzem realidades complexas em unidades/zonas territoriais organizadas**

- Os planos espaciais e territoriais podem desbloquear o potencial de desenvolvimento económico e social das zonas urbanas e rurais desde o nível nacional até ao local, assegurando ao mesmo tempo a protecção do ambiente em benefício das gerações actuais e futuras
- Identificação de objectivos de uso do solo, optimização de usos existentes e futuros
- Cenários & priorização de utilizações e investimentos com base nas tendências demográficas, capacidade da terra e biodiversidade, alterações climáticas, investimentos, etc.

**Cenário sem planos ou Planos impróprios**

- Falta de transparência e clareza no uso da terra a vários níveis (do nacional ao local)
- Assentamentos informais e conflitos de terra exacerbados devido ao crescimento, urbanização e deslocação da população
- Funciona como desincentivo e aumenta o risco para os investidores
- Projectos sobrepostos ou concorrentes, concessões e DUATs sobre os mesmos terrenos
- Mã priorização dos investimentos públicos e privados

**Factos Acesso à terra pelas populações deslocados e regressando às zonas de origem**

- O Governo tem atribuindo uma área média de 0,5 hectares aos deslocados internos
- Cerca de 617 878 deslocados dependem da agricultura como fonte de subsistência.



<p>i) A deslocação da população tem sido historicamente influenciadas pelos seguintes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Êxodo da população devido aos ataques terroristas na província de Cabo Delgado não foram o único desafio tendo sido apontado como motivos adicionais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito armado dos 16 anos o êxodo rural das populações para as zonas urbanas criando os assentamentos informais nas cidades;</li> <li>• Êxodo rural contínuo devido as condições econômicas mais atraentes nas cidades que tem atraído a população rural;</li> </ul>
<p>ii) Na maioria dos locais onde ocorreu a destruição das vilas, localidades e aldeias/povoação com o terrorismo, persistiam alguns assentamentos informais, principalmente nas vilas Sedes dos Distritos.</p>	
<p>iii) Com o retorno das populações as locais/Distritos de origem surge a oportunidade de melhorar qualidade de vida da população nos bairros das Vilas destruídas pelo terrorismo, com a criação de novos espaços residenciais e melhoramento dos antigos (infraestruturação das vias de acesso, ruas, eletrificação, abastecimento de água, etc).</p>	
<p><b>Principais intervenientes das acções com envolvimento do SPA:</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• SPI, DPDTA, Governo do Distrito (SDPI), Conselho Autárquico da Vila de Mocímboa da Praia e ADIN.</li> <li>• Técnicos dos SDPI e SDAE dos Distritos das regiões Centro e Norte da Província</li> <li>• Parceiros como a OIM trabalhar em coordenação com SPA</li> <li>• Sedes Distritais e outros locais considerados seguros</li> </ul>	
<p><b>Acções de apoio do SPA ao regresso das populações às zonas afectadas por ataques:</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condução da fase piloto de reordenamento territorial da Vila de Mocímboa da Praia</li> <li>• Resposta à expansão urbana das vilas Sedes Distritais e/ou no estabelecimento de novos assentamentos humanos</li> <li>• Acolhimento de famílias provenientes de outros locais do Distrito de origem</li> </ul>	
<p><b>Acções levadas a cabo pela SPA face ao Retorno das Populações Deslocadas aos Locais de Origem:</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração o Plano de Reordenamento das Vilas Sedes de Palma, Mocímboa da Praia e Quissanga.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização, em Maio de 2022, de 01 workshop, para a elaboração de Plano de Ação face ao retorno da população deslocada aos locais/Distritos de origem;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início, em Agosto de 2022, de trabalhos de definição do traçado das ruas interrompidas pelas construções desordenadas e melhoramento da transitabilidade no Bairro de Milamba e Vila de Mocímboa da Praia</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de 17ha para o reassentamento das 48 famílias a serem impactadas pelo processo de reordenamento e susceptíveis a ocorrência de desastres naturais.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização, em Novembro de 2022, de curso de capacitação em Técnicas Básicas de Planeamento Físico para técnicos dos Distritos de Palma, Mocimboa da Praia, Nangade, Muidumbe, Mueda, Macomia, Ibo e Quissanga e Municípios de Mueda e Mocimboa da Praia.</li> </ul>	
<p><b>Principais formas de Intervenção da SPA no ordenamento territorial:</b></p>	
<p><u>Acção</u></p>	<p><u>Finalidade</u></p>
<p>Acções técnicas para o melhoramento e abertura de ruas obstruídas por construções desordenadas</p>	<p>Possibilitar a mobilidade de meios circulantes</p>

Definição de locais para expansão urbana e para novos assentamentos	Exclusão de locais susceptíveis a inundação, áreas de risco ambiental e susceptíveis a ocorrência de calamidades naturais
Elaboração de Planos de Parcelamento do Solo	Responder a demanda de terras para habitação nos locais para o reassentamento de famílias deslocadas
Capacitação aos técnicos locais em técnicas básicas de planeamento físico	Estabelecer novas áreas habitacionais espacialmente bem estruturadas
Assistência técnica aos Governos Distritais e Autarquias locais.	Possibilitar um melhor ordenamento territorial
<b>a) Desafios da intervenção</b>	
<u>Para execução de actividades:</u>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de equipamentos como Estação Total;</li> <li>• Insuficiência de GPS de alta precisão;</li> <li>• Equipamentos para alocação aos Distrito, principalmente receptores GPS;</li> <li>• Falta de meios circulantes e financeiros.</li> </ul>	
<u>Para Intervenção após trabalho técnicos:</u>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de meios/serviços para efetivação dos planos (custos relacionados)</li> </ul>	
<b>b) Aspectos a melhorar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doptar os técnicos Distritais com capacidade de intervenção no âmbito de ordenamento territorial</li> <li>• Melhorar os assentamentos informais;</li> <li>• Criar novos espaços residenciais e a melhorar os antigos;</li> <li>• Participar na elaboração de Instrumentos de Ordenamento Territorial (IOTs) para as Vilas Sedes Distritais;</li> <li>• Mitigar/Resolver possíveis situações de conflito de terras;</li> </ul>	

**b) Orador:** Horácio Linaula ( Director do Centro de Promoção e Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado-CPDE-CD)

**Tópico:** O papel do CPDE no desenvolvimento territorial de Cabo Delgado

O CDPE-CD, órgão recentemente criado por iniciativa do CEP, na sua intervenção deu conhecer o seu de mandato de flexibilizar a implementação de projetos de investimentos por via da subconcessão de áreas previamente autorizadas para exploração comercial assim como auxiliar na redução das pressões demográficas por via do estímulo da criação de zonas económicas que visam trazer oportunidades de emprego para a população local e estimular a alocação de oportunidades de negócio para as PMEs locais . Foram também respondidas questões referentes a sua legitimidade para a efetivação das atribuições a si incumbidas.

**Opinião dos Intervenientes**

**Contextualização:**

Foi criado pelo Conselho Provincial Executivo tendo em vista angariação de recursos, coordenação, orientação, implementação e acompanhamento de projectos de desenvolvimento, sem fins lucrativos e suportados por parceiros internos e externos

ii. Dispositivos legais da sua constituição, com destaque para:

Resolução n°16/2020, de 23 de Dezembro

Estatuto na III do BR de 29 de Julho de 2021.

iii. Natureza da organização:

Serviço público, dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial

iv. Órgãos de tutela:

Comissão Executiva dirigido pelo Director Executivo que representa o CPDE-CD;  
Comité de Supervisão

**Atribuições do mandato do CPDE, com destaque para:**

- Coordenação articulação intersetorial e interinstitucional, incluindo organizações não governamentais, parceiros de cooperação, investidores, entre outros, para impulsionar o desenvolvimento sócio-económico integrado;
- Promover a integração dos mega-projectos na melhoria das condições de vida das populações;
- Atração de investimentos e negócios bem como o desenvolvimento de programas de emprego
- Promover e gerir programas de operacionalização de iniciativas de desenvolvimento de fornecedores e conteúdo local;
- Mobilizar fundos e actores relevantes ao nível nacional ou internacional para investir, financiar projectos ou operar em Cabo Delgado;
- Assistir os governos locais, na incorporação de componentes de planeamento e ordenamento territorial, bem como de desenvolvimento socioeconómico;
- Promover acções de assistência multiforme às populações afectadas por eventos extremos.
- Promoção de iniciativas conducentes a consolidação do capital social, paz e humanitarismo.

**Questões específicas da agenda:**

- O Princípio de descentralização permite que os órgãos descentralizados possam ter a autonomia de prestar serviços públicos e criar empreendimentos que possam potenciar o desenvolvimento económico e social inclusivo;
- O CPDE-CD tem por lei o direito de exploração e subconcessão de determinadas parcelas de terra e prima pela atracção e promoção do investimento facilitando a industrialização, a título de exemplo, fazendo o uso da terra como um dos recursos para o zoneamento industrial

**Em jeito de considerações finais foi partilhado o seguinte:**

- O CPDE-CD é um mecanismo adequado para responder às pressões demográficas e outros conflitos, dinâmicas e tendências sociais e económicas que ocorrem na Província;
- As receitas a ser arrecadas podem ser fundos decorrentes da implementação de projetos de desenvolvimento, as dotações do Orçamento do Estado e os fundos resultantes de acordos celebrados com parceiros internos e externos, doações dentre outros;
- O CPDE-CD está sujeito à prestação contas sobre o seu desempenho ao Conselho Executivo Provincial e a Assembleia Provincial, e à fiscalização administrativa e de gestão financeira e patrimonial através de inspeções, auditorias e inquéritos.

**c) Orador:** Rachi Picardo (Gestor de Desenvolvimento de Planeamento Regional - TotalEnergies)

**Tópico: Algumas Ideias Para Uma Abordagem de Planificação do Desenvolvimento Sócio Económico Regional**

Foram sugeridas abordagens que podem possibilitar uma maior efetivação dos PDT com destaque para a adoção de uma perspetiva sistémica durante o processo de planeamento territorial. Foi destacada a necessidade de associar a planificação espacial à exploração das potencialidades

económicas e sociais da província e de assegurar que os mesmos considerem os projetos de GNL como um importante actor de desenvolvimento social e económico. Foi ainda abordada a necessidade de levantamento dos recursos necessários para a sua efetivação.

### **Opinião dos Intervenientes**

#### **Contextualização:**

- A sua apresentação visa trazer um conjunto de reflexões que vieram à tona deste que a TotalEnergies deu início às suas actividades na província de Cabo Delgado e não necessariamente o posicionamento da organização relativamente às mesmas.
- O Ordenamento territorial é um assunto importante para a agenda tanto das grandes empresas com investimento em Cabo Delgado tanto quanto é para o governo da província;
- O potencial da província de atrair investimentos da indústria extractiva sempre criou a necessidade da criação de planos de ordenamento territorial que pudessem orientar a exploração das áreas que detêm tais recursos;
- É um enorme desafio ter que planificar o desenvolvimento económico e social da província e ao mesmo tempo conseguir dar resposta às necessidades da população deslocada

#### **Questões para reflexão**

- Quais e quantos planos aprovados ou não, existem em CDG?
- De que forma estes planos refletem como perspetivas de desenvolvimento da província?
- De que forma a organização do território está alinhada ao desenvolvimento socioeconómico da província?
- Os planos existentes respondem aos desafios da população deslocada e dos retornados?
- Os planos estão ajustados ao crescimento populacional das áreas urbanas da província?
- Que respostas perspectivar para estas questões?

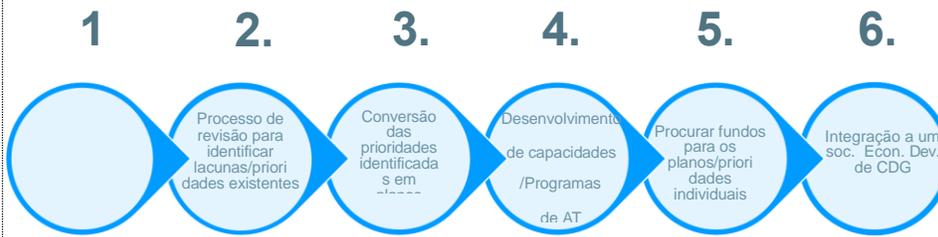
#### **Questões específicas da agenda:**

- Existência de vários exercícios de planeamento previamente concebidos para CDG:
- Os diferentes níveis de desenvolvimento (província, distrito e costeiro) preconizados pelos planos previamente concebidos devem ser consolidados num único Quadro;
- Os planos de desenvolvimento provincial e distrital estão em muitos casos desatualizados, e não consideram os projectos de GNL como um importante actor de desenvolvimento social e económico;
- Apesar de estarem disponíveis por mais de 5 anos, estes planos não foram implementados e por vezes não são conhecidos por instituições/funcionários do Governo relevantes;
- As instituições governamentais responsáveis pela execução destes planos não têm pessoal ou não têm a capacidade técnica necessária para os implementar.

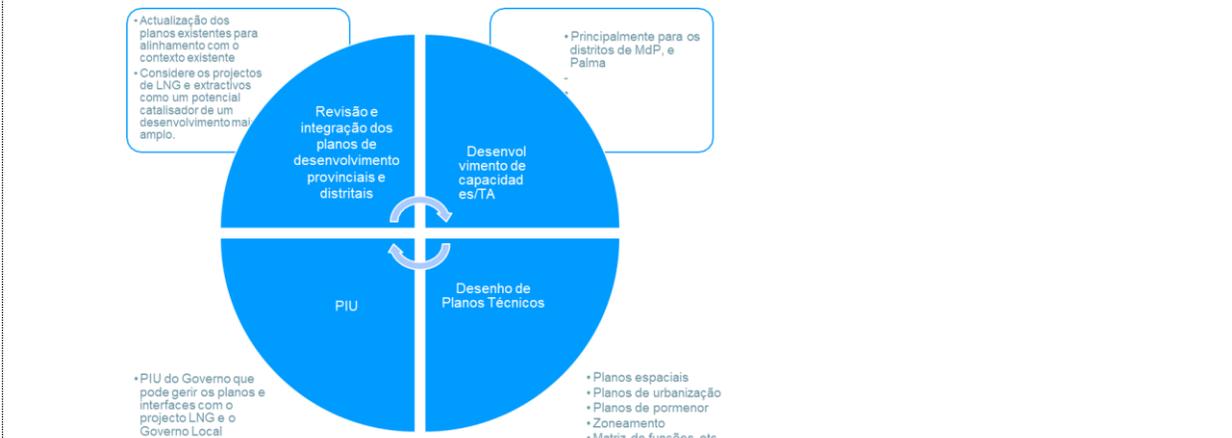
#### **Foi sugerida a necessidade dos planos estratégicos e seus protagonistas:**

- Adoção de uma abordagem sistemática focando-se mais no processo e menos no resultado;
- Maior integração e compreensão dos vários planos existentes.
- Colaboração forma permanente com o Governo, de modo a garantir a sua contribuição para o processo de conceção/revisão do planeamento e a atribuição de uma equipa adequada para implementar os planos que serão concebidos;
- Mapeamento de outras áreas (mineração, agricultura, etc.) que não participam no desenvolvimento local assegurado o envolvimento com estas partes interessadas e compreender as suas limitações na participação no desenvolvimento da província;
- Exercício de planeamento que começa de uma perspetiva espacial e tem em vista processo de planeamento socioeconómico mais amplo da província.

**Percurso sugerido no processo de planeamento territorial:**



**Alinhamento do plano de desenvolvimento socio-económico da província com os Planos de Desenvolvimento Territorial**



**d) Orador:** Suleimane Meguegy (Resettlement Advisor - Exxon Mobil)

**Tópico:** *Ideias Para Uma Abordagem de Planificação do Desenvolvimento Sócio Económico Regional*

O planeamento regional, distrital e local é um tema de interesse para a Exxon Mobil por vários motivos dentre os quais o envolvimento da indústria extrativa em temáticas que tem impactam o desenvolvimento das comunidades locais. Foi partilhado a experiência do envolvimento da empresa, em outros países, na indução do desenvolvimento local associado ao planeamento regional e a necessidade de haver uma maior integração entre os diferentes planos.

**Opinião dos Intervenientes**

**Contextualização:**

- A temática do grupo de trabalho é pertinente devido à sua capacidade de criar dinâmicas de desenvolvimento na região e influenciar a geração de emprego;
- É do interesse da indústria de Petróleo e Gás assegurar que o desenvolvimento económica da área em que actua ocorre de uma forma estruturada;

**Partilha de experiências de ordenamento territorial em outros países:**

- A Exxon Mobil teve nos Camarões uma experiência de como integrar planos de desenvolvimentos locais de forma integrada com o desenvolvimento económico local bem como o envolvimento da indústria de Petróleo e Gás na indução do desenvolvimento local associado ao planeamento regional;

**Recomendações de optimização do processo de ordenamento territorial:**

- Apesar do rigor e disciplina necessário para a sua implementação é necessário refletir se os planos existentes são adequados ao cenário atual;

- Assegurando processos participativos que incorporem as opiniões do sector privado na planificação;
- Fazendo o estudo de “assessment” para perceber como é os diferentes planos existentes se interligam;
- Há que entender o envolvimento dos planos existentes com as principais linhas desenvolvimento económico da província (Oil & Gas, Agricultura, Pesca, Comércio dentre outra) e mapear o envolvimento das comunidades;
- Implementando abordagens que possam induzir o desenvolvimento de outras províncias da região sem aumentar significativamente as taxas de migração;
- É necessário que o governo dirija workshops contínuos de auscultação.

***Passos a seguir sugeridos:***

Realização de um exercício contínuo de planificação por via de workshops que não apenas visem trazer, mas que possam ter em vista:

- Identificação de recursos necessários para a implementação de um plano conjunto que não seja apenas do Governo de modo que possa ter o suporte integral dos restantes actores;
- Desenho por uma equipa integrada responsável pela sua implementação.

***Notas Conclusivas:***

Foi congratulada a presença do governador num evento dedicado à discussão desta temática.

**C. 2ª SESSÃO - Perguntas e Respostas**

Houveram durante esta sessão as seguintes intervenções:

**a) Representante do Serviço Provincial do Ambiente**

Foi partilhada a constatação que:

- Há a necessidade de revisão dos planos existentes;
- Há investidores que ao vir para a província tem registado morosidade na aquisição de DUATs;
- O plano Nacional de Desenvolvimento Territorial deve ser mais divulgado e tem de ter em si refletidos todos os restantes planos de desenvolvimento territorial.

**b) Representante da DPDTA**

Foi dado a conhecer que:

- Quando se fala de planos de ordenamento há a necessidade de envolver os distritos e municípios numa reunião mais abrangente para ouvir a sua sensibilidade acerca dos diferentes planos existentes;
- Urge a necessidade de se realizar a Conferência Nacional de Ordenamento do Territorial tendo em vista reflectir questões como: - Disponibilidade de pessoal para responder a demanda de assistência técnica; - Planos existentes de zoneamento de cada distrito.

**c) Representante da TotalEnergies**

- Foi constatado que há uma preocupação de se fazer um exercício de desenvolvimento territorial que esteja associado às necessidades de desenvolvimento económico e social da província. Pode-se notar que existe essa consciência;
- Partilhou-se a necessidade de existir uma estratégia-mãe (umbrela) que possa auxiliar na harmonização da visão de desenvolvimento da província entre os diferentes stakeholders, bem como da criação de um grupo de trabalho que possa discutir essa visão em conjunto;

- Foi partilhada a preocupação da área industrial que se pretende instalar em Palma estará próxima a uma zona de reassentamento de mais de 600 famílias. Sendo assim é necessário reflectir acerca do enquadramento para essa pessoas

d) Representante da Porto de Cabo Delgado

Foi esclarecido que:

- O porto de Mocímboa da Praia tem uma concessionária que está a cargo da gestão do porto temporariamente.

e) Representante do CPDE-CD

Foi esclarecido que:

- A questão da existência de uma zona de reassentamento nas proximidades da área cujo DUAT foi concedido à CPDE, tem-se em vista um plano de reassentamento da população;
- Ainda não há perigo eminente devido à inexistência de uma área implantada até o momento;

Foi ainda, recomendado que:

- É importante existir um plano de ordenamento territorial que salvaguarde os interesses da população;
- A proximidade de uma área da outra pode não necessariamente consistir num perigo, mas que ainda assim ser definidos parâmetros técnicos de proximidades entre as diferentes áreas incluindo industriais e habitacionais;
- Pode-se equacionar a separação de áreas industriais de habitacionais por via da criação de áreas de preservação ambiental;
- Os planos devem ser dinâmicos e poderem ser ajustados as necessidades actuais.

f) Representante da FAO

Foi recomendado que:

- O plano de reordenamento não deve apenas tomar em conta as pessoas reassentadas;
- É necessário assegurar que população não-deslocada tenha também incentivos económicos para evitar descontentamentos que podem gerar convulsões sociais no futuro.

**D. 3ª SESSÃO: Desafios de implementação dos planos, investimentos em infraestruturas e novas instituições criadas para responder a estes**

**a) Orador:** Sabrina Bispo (Monitoring & Evaluation Officer - UNDP)

**Tópico:** Programa de Estabilização em Cabo Delgado

Foi partilhada a experiência de implementação conjunta de programas com organizações com destaque para o governo, agências de desenvolvimento nacionais e internacionais bem como a comunidade local com recurso a ferramentas de planeamento territorial. Foi enfatizada a importância das autoridades encarregues pelo planeamento territorial, com destaque para os municípios, trabalharem em conjunto com a comunidade local para mitigar os problemas de erosão. Foi ainda destacada a importância de se criar sinergias de coordenação tendo em vista evitar a duplicação de esforços e os mecanismos usados pela organização para o efeito.

## Opinião dos Intervenientes

Foi feito o mapeamento das áreas prioritárias de intervenção da organização no seu programa de estabilização a nível da província:



### A abordagem de intervenção em programas de estabilização

"programas temporais, localizados, integrados e civis com o objectivo principal de criar confiança entre as comunidades e as autoridades legítimas e lançar as bases para a construção e desenvolvimento da paz a longo prazo".

### Pilares da intervenção e actividades relacionadas:



Foi apresentada a abordagem de estabilização da PNUD e os critérios genéricos em vista pela organização

### Mapa de erosão do Município de Pemba

Surgiu como resultado de um estudo efectuado por uma iniciativa da PNUD denominada "Acceleration Lab" em parceria com a Universidade Unilúrio, para criar um piloto de um mapa que visa mitigar o risco de erosão e mostrar como o Município pode trabalhar com a comunidade poder trabalhar em conjunto tendo em vista o alcance dos seguintes objectivos-piloto:

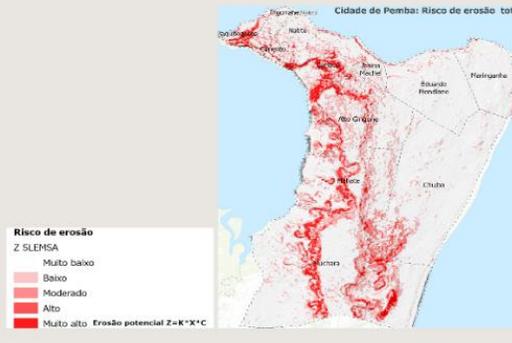
1. identificar e testar intervenções (urbanas) de baixo custo que possam mitigar e/ou prevenir a expansão da erosão;
2. desenvolver ferramentas de aprendizagem e estratégias de disseminação que facilitem a participação da comunidade
3. implementar o piloto de uma forma que crie uma selecção económica de plantas que evitem a erosão e possam ser vendidas comercialmente.

**Potencial impacto na utilização do solo**

- 68% da cidade tem um risco muito baixo de erosão
- 18% um baixo risco
- 9% um risco moderado
- 5% um risco elevado a muito elevado

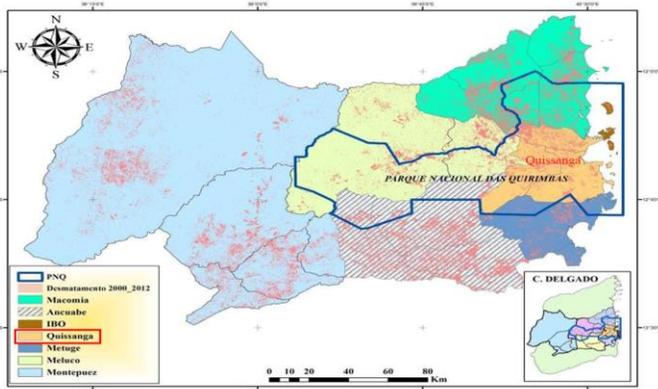
Bairros de alta + média densidade com extensões consideráveis de áreas de risco moderado a alto:

- Paquitequete
- Cariaco
- Alto Gingone
- Cogumelo



**Masterplan de Quissanga**

É um plano de desenvolvimento territorial urbano concebido pela PNUD sob solicitação da ADIN <sup>1</sup>, presentemente na sua fase-piloto a ser implementado numa região do distrito pretendendo-se futuramente alargar a intervenção para todo o distrito. Abaixo um mapa ilustrativo:



**Mecanismos de coordenação e implemetanção de planos de acção conjunta:**



<sup>1</sup> Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte

**Conclusão:**

Foram partilhados alguns dos desafios que a organização tem estado a enfrentar no decurso das suas actividades na província:

1. Más capacidades dos empreiteiros
2. Conflito em curso
3. Lacunas de capacidade por parte de parceiros e provedores de serviços sendo que muitos ainda estão a retomar as suas actividades

**b) Orador:** Alfredo Getuglio (Arquitecto - AVSI)

**Tópico:** *Progresso do NCRP (P176157) na Província de Cabo Delgado*

Foi partilhada a metodologia de PLDI, usada pela organização para um planeamento territorial que possa assegurar o desenvolvimento integrado das áreas planificadas e suas etapas. Por sua vez foram demonstradas as diferentes ferramentas usadas pela organização em diferentes tipos de intervenção de ordenamento territorial, desde desastres naturais a problemas sociais, podem contribuir para prevenir a ocupação desordenada. Foi também partilhada a constatação que a integração do planeamento, incluindo a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões, pode promover sinergias com o desenvolvimento e a redução do risco de desastres.

**Opinião dos Intervenientes**

**Contextualização:**

Foi dado a conhecer as áreas de actuação da AVSI, parceiros e financiadores tanto a nível nacional como especificamente na província de Cabo Delgado. Em seguida partilhada a experiência aplicável à temática com base na experiência de intervenção na província.

**Metodologias de planeamento o Territorial de desenvolvimento integrado**

1. Plano Local Desenvolvimento Integrado (PLDI)

*i. Objectivo*

Tem como objectivo garantir a segurança da população que está a viver em áreas de risco, impedir o crescimento irregular e descontrolado do bairro e aumentar a capacidade de resposta aos riscos económicos, ambientais e sociais, diminuindo a vulnerabilidade da população.

*ii. Etapas*

1. Diagnósticos sócio-económicos, ambientais e de infra-estruturas
2. Plano de Desenvolvimento Local Integrado + Directrizes de Desenvolvimento
3. Implementação de Planos de Trabalho Prioritários e Plano de Trabalho Comunitário
4. Implementação de infraestruturas prioritárias

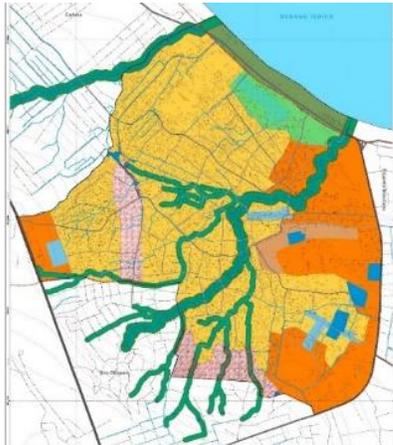
2. Matriz Estratégica

Metodologia Participativa de “co-projeção” com a comunidade que define estratégias integradas, abrangendo todos os aspectos relacionados com o meio e com a organização social e económica

3. Zoneamento Urbanístico

Tem como prioridades a identificação e a individualização das áreas de risco, assim como a tutela das construções nessas áreas de risco dentro do horizonte de implementação do PPU.

• Fazendo o estudo de “assessment” para a perceber como é os diferentes planos existentes se interligam;

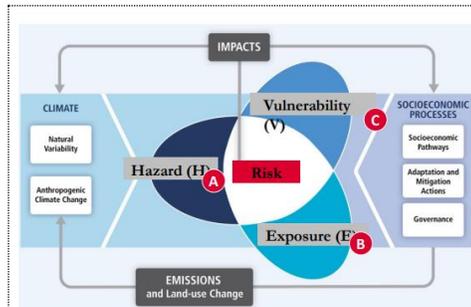


**ZONEAMENTO:**

Áreas Residenciais	Corredores Verdes
Áreas Multifuncionais	Área de Interesse Ambiental
Equipamentos Existentes	Área de Interesse Ambiental e Turístico
Equipamentos Propostos	Área de Interesse Social

**4. Análise de Vulnerabilidade**

Ferramenta para diagnóstico e análise da vulnerabilidade que visa aumentar a capacidade de resposta do plano às mudanças climáticas através da análise das seguintes condições:  
 Sociais  
 Económicas  
 Urbanas  
 Arquitectónicas



**Impedimentos para a implementação do planos de ordenamento territorial:**

- Quantidade reduzida e alguns casos falta de pessoal técnico nos distritos
- Baixa capacidade por parte das instituições publicas de fiscalização (também ligada a falta de pessoal técnico)
- Comunicação e coordenação entre as diferentes instituições públicas e privadas
- Titulação da terra: questão de conflito e falta de informação sobre a titulação das terras urbanas
- Acesso à terra: terras rurais improdutivas e dificuldade na cedência das terras para cultivo de pequenos produtores agrícolas

**Boas práticas de implementação de planos de ordenamento territorial e espacial:**

- Formar e capacitar pessoal do município para fiscalização e sensibilização da comunidade para controle de ocupações indevidas;
- Suporte do município na criação de comités de multidisciplinares de consulta e acompanhamento dos projetos com representantes do governo;
- Prever actividades de levantamento topográfico e atualização de cadastro de terras urbanas;
- Coordenar com serviços distritais e estruturas locais a identificação de terras improdutivas e a sua alocação a pequenos produtores ou cooperativas;
- Mapear a necessidade de suprimentos e favorecer o intercambio económico das regiões mais isoladas com os centros urbanos e plataformas de comércio internacional;
- Envolvimento da comunidade desde o início da formulação do plano, na definição das estratégias e capacitação da mesma em matérias afectas ao plano;

- Criação de uma rede de stakeholders, compartilhamento de informações e sinergias

**Notas Conclusivas:**

Foram partilhados exemplos de colaboração dos sectores público e privado que resultaram do trabalho de planeamento urbano realizados em mercados e centros comunitários do Município de Pemba.

**c) Orador:** Andre Human (UNOPS)

**Tópico:** *Progresso do NCRP (P176157) na Província de Cabo Delgado*

Foi partilhado o objectivo de desenvolvimento do projecto, componentes específicas do projecto, respectivas linhas orçamentais, áreas de actuação e a população-alvo bem como as entidades essenciais no proceso de coordenação para a sua implementação e por fim recomendações tendo em vista a melhoria da sua implementação.

**Opinião dos Intervenientes**

**Contextualização:**

*i) Objectivo de Desenvolvimento do Projeto*

Melhorar o acesso a serviços básicos e oportunidades económicas para pessoas deslocadas e comunidades hospedeiras em áreas específicas do Norte de Moçambique

*ii) Componentes-chave do Projecto:*

Componente 1 - Criar coesão social e resiliência ao conflito (equivalente a US\$13 milhões);

Componente 2 - Provisão de meios de vida e oportunidades económicas para os IDPs e comunidades f hospedeiras (equivalente a US\$38.3 milhões);

Componente 3 - Reabilitação, construção e equipamento para infraestruturas públicas resilientes ao clima (equivalente a US\$139.7 milhoes); e

Componente 4 - Implementação do projecto, monitoria e avaliação (equivalente a US\$9 milhões).

*iii) Áreas do Projecto:*

Apenas distritos em Cabo Delgado que sejam seguros, acessíveis e possuam um elevado número de IDPs, e outros distritos acessíveis em Niassa e Nampula.

*iv) População-alvo: 680,000 beneficiários.*

**Mecanismos de Coordenação:**

Foram dados a conhecer os mecanismos de coordenação com o Governo central e provincial que contempla as seguintes unidades:

- Unidade Técnica e Operativa (ToU)
- Grupo de Coordenação do Projecto (PCG)
- Grupo de Implementação (ICG)
- Equipa de Coordenação Operacional (OCT)

**Princípios-chave de elaboração do Projecto:**

Foram dados a conhecer os Princípios Chave da Elaboração do Projecto NRCP, nomeadamente:

**Princípio 1:** recuperação e reabilitação, para facilitar retorno à normalidade da vida dos deslocados internos e comunidades hospedeiras.;

**Princípio 2:** As intervenções do NCRP adoptam uma abordagem baseada nas necessidades das populações vulneráveis;

**Princípio 3:** complementam a assistência humanitária em curso;

**Princípio 4:** apoiar a implementação do Plano Provincial de *Desenvolvimento Integrado e de Resiliência e de realocação dos deslocados*;

**Princípio 5:** projetos activos e planeados do Banco Mundial: *Projeto de Administração de Terras de Moçambique - MozLand (P164551)* e *O Projeto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (P174617)*.

**Pilares de Intervenção do PRCD:**

**Pilar I: Assistência Humanitária**

Contempla a Prestação de serviços sociais para famílias e indivíduos vulneráveis, incluindo:

- Aconselhamento psicossocial aos retornados, incluindo os funcionários do governo
- Apoio a assistência aos sobreviventes de VBG, e a órfãos e famílias chefiadas por crianças;

**Pilar II: Recuperação da Infraestrutura Económica e Social**

Estão em curso os engajamentos com o Ministério das Obras Públicas com o apoio do SPI para identificar as infra-estruturas hídricas para reabilitação em 5 distritos (Palma, Macomia; Muidumbe; Mocímboa da Praia e Quissanga)

**Pilar III: Actividades Económicas e Financeiras**

Está centrado em:

- Apoiar a criação de empregos temporários e o desenvolvimento de competências profissionais;
- Criação de oportunidades de trabalho de curto prazo para os retornados através de abordagens de emprego temporário e dinheiro por trabalho



**Considerações finais:**

- Alguns critérios fundamentais devem ser observados seleção da infraestrutura a ser recuperada, nomeadamente:
  - (a) Recuperação de infraestrutura pública pré-existente que foi destruída/afetada pelo conflito;
  - (b) Perspectiva de segurança;
  - (c) Foco nos mais vulneráveis – alto impacto; e
  - (d) Seleção com base no tempo/orçamento.
- A isenção do Tribunal Administrativo é necessária para manter o ritmo de implementação do projeto.
- É necessário redefinir a configuração do Comitê Gestor do Projeto (PSC) para incluir pontos focais ao nível nacional.

**E. 4a SESSÃO: Aprendizagens e colaborações público-privadas em planeamento territorial e espacial**

**a) Orador:** Francesco Torresani (UNHABITAT)

**Tópico:** Planificação e gestão territorial integrada, participativa e negociada: O instrumento das zonas de desenvolvimento social

Nesta apresentação foi destacada a abordagem da organização de que os planos de ordenamento social sejam capazes, de para além de responder a crises humanitárias, contribuir para o desenvolvimento económicas das áreas afectadas. Foram assim partilhadas abordagens alinhadas com essa perspectiva com destaque para o mecanismo de Gestão Integrada e Participativa do PERDIN e Zonas Especiais de Desenvolvimento Económico.

<b>Opinião dos Intervenientes</b>
<p><b>Contextualização</b></p> <p>No âmbito da descrição do Programa da UNHABITAT para o Norte foi dado a conhecer o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A nossa umbrela contempla uma abordagem integrada que inclui:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência Técnica</li> <li>• Projectos Baseados na area de actuacao (“Area Based Approach”);</li> </ul> </li> <li>b) Grupo-alvo das nossas intervenções:           <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Populações deslocadas</i></li> <li>• <i>Comunidades acolhedoras das populacoes internamente deslocadas</i></li> </ul> </li> <li>c) <i>Locais de intervenção:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas urbanas</li> <li>• Reassentamentos</li> <li>• Zonas de origem das (assistencia técnica ainda em fase de planificação)</li> </ul> </li> <li>d) <i>Motivação da intervenção:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Dar resposta a crise humanitaria</i></li> <li>• <i>Transformar a crise em oportunidades de desenvolvimento</i></li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Abordagens de referência para as Zonas de Desenvolvimento Especial (ZDE)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão participativa integrada do PERDIN por via do estímulo à criação de zonas de desenvolvimento sustentável que contemplam habitação e criação de oportunidades de inserção económica por via de postos de trabalho através de parcerias-público-privado;</li> <li>• Urbanismo concertado e negociado que permitem um zoneamento que permita a criação de normativas autónomas de gestão do espaço</li> <li>• Zonas Especiais de Desenvolvimento económico – Por via da atracção do investimento Directo estrangeiro e criação de condições favoráveis (operacionais e fiscais) que possam atrair capitais e gerar dinâmicas de desenvolvimento económico</li> </ul>
<p><b>Critérios para aferir a efectividade da aplicação das ZDE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Condições normativas</li> <li>o Condições físicas e territoriais</li> <li>o Condições sociais</li> </ul>

**Possíveis modelos de aplicação do instrumento ZDE:**

- Reassentamento na perspectiva de vilas sustentáveis que englobam a interligação entre a população reassentada e investimentos privados torna-do a provedora de produtos/serviços ou consumidora incluindo: agroindústria, industria extractiva, etc
- Criação de zonas de desenvolvimento social em zonas urbanas em áreas periféricas, terrenos baldios e prédios ociosos que atraiam o desenvolvimento de espaços e serviços nessas áreas em benefício da comunidade deslocada dentro das cidades.

**Recomendações:**

- Actores-chave como MozParks e CPDE-DE podem fazer a ligação para a área de Zoneamento tendo em vista a criação de Parques e oportunidades económicas;
- Estímulo económico para agentes economicos que visem implantar as suas actividades em volta de populações reassentadas;
- Olhar para os deslocados como produtores e agricultores que possam ser integrados.

**Considerações finais**

A UN-HABITAT está a desenvolver novas abordagens que poderão vir a ser apresentadas em próximos encontros do grupo de trabalho da MSP.

b) **Orador:** Rosa Matensanz (Banco Mundial)

**Tópico:** Projecto de Desenvolvimento Urbano do Norte de Moçambique (PDUNM)

Esta apresentação deu a conhecer com maior detalhe o PDUNM tendo sido, um projecto do Banco Mundial que tem com seu enfoque o financiamento de actividades de planeamento urbano com destaque para elaboração de planos de reordenamento territorial, aquisição de DUATs e melhoria da resiliência das casas de auto-construção. Foi por fim destacado como desafio assegurar que o programa por contribuir para uma maior coesão social nas províncias de Cabo Delgado e Nampula.

**Opinião dos Intervenientes**

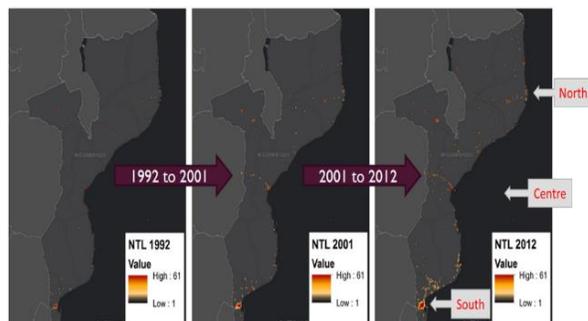
**Contextualização**

Foi dado a conhecer que o projecto está numa fase inicial de implementação

**Escopo e contexto sectorial do Projecto de Desenvolvimento Urbano do Norte de Moçambique (PDUNM)**

Foram dados a conhecer os seguintes factos relativamente a Moçambique que motivam a implementação de um projecto, nomeadamente:

- Um dos países com o aumento mais rápido de população urbana que a média continental;
- Crescimento de População urbana de 6,9% em 1960 para 36.5% em 2019 36,5%;
- Economia urbana dinâmica atrai novos residentes ;
- O Conflicto é um factor histórico de aceleração do crescimento urbano
- O crescimento anual da população urbana em Nampula, Niassa e Cabo Delgado entre 2007-2017 foi de 1 ponto mais elevado do que a média nacional



**Retrato do PDUNM**

Orçamento Global: (US\$ 100 Milhões)

Objetivo: Melhorar as infraestruturas urbanas básicas e as condições de vida em 4 cidades selecionadas no Norte de Moçambique (Pemba e Montepuez, na província de Cabo Delgado; e Nampula e Nacala, na província de Nampula).

Período de implementação: 2022-2026

Implementador do Projecto: Fundo para o Fomento de Habitação (FFH), sob o MOPHRH.

**Componentes do Projecto:**

- Componente 1: infraestruturas urbanas e serviços básicos (US\$ 60 milhões);
- Componente 2: Terra e Habitação (US\$ 30 milhões);
- Componente 3: Política Urbana e o Reforço Institucional (US\$ 5 milhões)

**Instrumentos e abordagens ao planeamento urbano no PDUNM**

Componente 1:

- Elaboração dos planos parciais de urbanização dos bairros de intervenção (9)
- Abertura de vias de ligação das famílias mais vulneráveis aos centros económicos;
- Infra-estrutura pública e social com espaços de lazer, hospitais e escolas em áreas mal servidas.

Componente 2:

- Elaboração dos planos de pormenor dos bairros de intervenção (9);
- Regularização massiva (DUATs)
- Melhoria da resiliência das habitações autoconstruídas;
- Formação de artesãos em técnicas de construção melhoradas- buscando interação com as escolas presentes
- Formação de beneficiários com competências comercializáveis em construção

Componente 3:

- Elaboração dos Planos de Estrutura Urbana das cidades (4);
- Elaboração do Plano Geral de Urbanização ou Plano Sectorial (ex. drenagem, transporte etc.) das cidades (4)
- Melhoria de canais de governança participativa
- Expansão e integração dos cadastros físicos e fiscais

**Em jeito de conclusão foram partilhados como desafios da implementação do projecto:**

- Assegurar que o projecto contribui para uma maior coesão social
- Assegurar que o projecto compreende a crescente diversidade linguística, étnica e religiosa

**F. 5ª SESSÃO - Perguntas e Respostas**

Houveram durante esta sessão as seguintes intervenções:

**a) Comentário de representante da Associação Kulima:**

- Foi questionado se há possibilidade fazer-se o planeamento territorial numa altura em que a população está distante das suas zonas de origem, se o CPDE-CD não será mais uma extrutura a ser criada bem como se a sua área de actuação não se restringe a Palma;
- Partilhou-se a pertinência do Banco Mundial desenvolver o projecto apresentando devido à insuficiência de infraestruturas rodoviárias e habitacionais nas cidades de Pemba e Nampula;
- Foi expresso que as OSCs precisam de apoio financeiro para contrubuirem nesta temática;
- Foi demonstrada a necessidade de haver maior envolvimento por parte da sociedade civil em fóruns de discussão relacionados com o tema deste grupo de trabalho

**b) Comentário de representante da FAO:**

- Foi realçada a importância da consulta às comunidades para evitar investimentos perdidos e de se tomar em consideração que as recomendações de consultores podem diferir dos anseios da população

**c) Comentário de representante da WFP:**

- Foi partilhada a experiência no programa de comida em troca de activos, onde as comunidades por si próprias criam activos para o seu benefício tendo sido referida, a título de exemplo, a parceria com a AVSI na construção de drenagens pela comunidade providenciando acesso a comida em troca da criação de activos no Município de Pemba

**d) Comentário de representante da CPDE-CD:**

- Em esclarecimento à questão direccionada ao CPDE foi dado a conhecer que: “O CPDE-CD tem em termos estatutários a sua actuação em toda a província, tendo a sua sede na cidade de Pemba e podendo criar representações regionais ou distritais;
- Em resposta a outra questão foi enfatizado que não existe outra organização que tem o âmbito de actuação igual ao do CPDE-CD a nível da província;
- Foi apelado que as instituições experienciadas em matérias de desenvolvimento criem mais oportunidades de partilha de experiência e contribuições sobre que estratégias institucionais como o CPDE-DE podem adoptar para melhor impulsionar o desenvolvimento da província

**e) Comentário de representante da DPDTA-CD:**

- Foi informado que muitas organizações na província que tem estado a trabalhar em matérias de ordenamento territorial não estão licenciadas, podendo levar a investimentos perdidos;
- Realçou-se a importância da contratação de consultores passar por um processo de verificação do licenciamento das suas actividades pelas organizações locais de tutela;
- Deu-se a conhecer a necessidade dos planos de desenvolvimento dos distritos devem se ver reflectidos nos seus planos de ordenamento territorial

**f) Comentário do Representante do Conselho Executivo Provincial:**

- Foi lançado o apelo da necessidade de se considerar o envolvimento dos territórios atinentes às ilhas na abordagem de assuntos relacionados com esta temática;
- Foi realçada a necessidade dos grupos técnicos terem uma única coordenação e alinhamento dos tópicos de discussão de cada grupo técnico sugerido;
- Foi criada demonstrada abertura para se apresentar em próximos encontros o projecto; Esperança, uma nova abordagem que prioriza o desenvolvimento territorial a partir das vilas

#### G. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

- É necessário haver uma maior integração dos diversos planos de planeamento territorial, mais diálogo e partilha de experiências, desde que este processo seja liderado pelo Governo;
- Persistem problemas de capacidade técnica, e de licenciamento, tanto ao nível dos serviços distritais como a nível de provedores de serviços de planeamento territorial;
- É importante assegurar a criação de e mecanismos de coordenação, incluindo a criação de grupos técnicos de trabalho, planos de acção conjunta, dentre outras, para que se possa assegurar uma maior harmonização do trabalho de diferentes organizações e projectos que trabalham para o alcance de objetivos similares de ordenamento territorial bem como de auxílio no regresso da população deslocada às zonas de origem;
- A realização de uma conferência regional de ordenamento territorial pode trazer subsídios relevantes para a política nacional de urbanização e auxiliar na harmonização dos diferentes planos de ordenamento territorial

#### H. **PASSOS A SEGUIR:**

Como passos a seguir foram definidos os seguintes aspectos de destaque:

- I. **Proposta para a criação de grupos de trabalho nas seguintes áreas:**
  - a. Planeamento Territorial e Industrialização (liderado pelo CPDE-CD);
  - b. Retorno da População aos Distritos (liderado pelo SPA);
  - c. Urbanização e Planeamento Distrital (liderado pelo DPDTA e os municípios)
- II. **Proposta do Conselho Executivo Provincial e do UN-HABITAT** para reiniciar a conversação para a prestação de apoio técnico e financeiro ao DPDTA na organização da Conferência da Região Norte sobre Planeamento Territorial;
- III. **Predisposição do Banco Mundial para dialogar** para melhor informar os intervenientes locais sobre os passos em frente na implementação do seu Projecto de Urbanização do Norte, implementado pelo FFH (Fundo de Fomento de Habitação) nos municípios de Pemba, Montepuez, Nampula e Nacala e explorar possíveis vias de colaboração.

**Anexo 1: Lista de Organizações participantes:**

Fundacion Ibo  
UNOPS  
UNOPS  
African Century  
GG  
TVM  
RM  
TV Sucesso  
CFM-Porto de Pemba  
SPA  
CPDE  
SPA  
ENH Pemba  
UNDP  
PMA  
FAO  
DPDTA  
iDE  
ANE  
AVSI  
TotalEnergies  
DPDTA  
OCHA  
CDD  
USAID  
ExxonMobil  
MozParks  
UN  
UN-Habitat  
Syrah Resources  
Easy Housing  
UNIDO  
World Bank  
Gapi  
AVSI  
UN  
Dutch Embassy